

BOLETIM 634

Brasília, 23 de agosto de 2018

Relatores no STF decidem a favor da terceirização sem limites

Para relator Luiz Fux, súmula do TST que veda prática na atividade-fim é inconstitucional. Barroso não vê relação entre terceirização e precarização

Ao retomar o julgamento sobre duas ações que tratam da terceirização, os relatores no Supremo Tribunal Federal (STF) foram favoráveis à prática sem restrições, conforme querem as empresas. O entendimento difere da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que veda a medida em atividades-fim das empresas e tem sido o único instrumento para barrar uma terceirização desenfreada no país.

O julgamento ocorre com uma nova lei em vigor, a 13.429, que libera a terceirização, mas para o ministro Luiz Fux a prática já era válida mesmo antes. Ele considerou inconstitucional a Súmula 331, "por violação aos princípios da livre iniciativa e da liberdade contratual". A sessão foi interrompida no final da tarde e continuará nesta quinta-feira (23).

Fux é relator do Recurso Extraordinário (RE) 958.252, em que a Celulose Nipo Brasileira (Cenibra) questiona decisão do TST contrária à terceirização na empresa. O sindicato da categoria



argumentou a favor da posição da Corte trabalhista, procurando demonstrar uma ligação entre terceirização e precarização nas relações de trabalho. Mas o ministro foi favorável à empresa e afirmou que a "dicotomia entre a atividade-fim e a atividade-meio é imprecisa, artificial e ignora a dinâmica econômica moderna".

O STF julga também a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324, proposta pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que pede reconhecimento de inconstitucionalidade da interpretação da Justiça do Trabalho sobre terceirização. A entidade empresarial afirma que a Súmula 331 fere a liberdade de contratação.

O relator Luís Roberto Barroso se manifestou a favor da livre iniciativa e afirmou que o movimento sindical deve se adaptar às mudanças: "A terceirização não enseja por si só precarização do trabalho, violação da dignidade do trabalhador ou desrespeito a direitos previdenciários. É o exercício abusivo de sua contratação que pode produzir tais violações".

Já a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, havia defendido a improcedência da ADPF e a não aceitação do recurso. Segundo ela, o trabalho deve ser visto como direito humano e não como "mercadoria".

Fonte: Rede Brasil Atual



Vagas abertas em julho: salário médio 9% menor e mais emprego precário

Saldo em julho foi de 47.319 vagas formais, segundo o Caged. Quem entra ganha, em média, 9,2% menos do que quem sai. Parte dos empregos vem do trabalho intermitente ou parcial

O mercado formal de trabalho abriu 47.319 vagas em julho, melhor resultado para o mês em seis anos, segundo o Caged, do Ministério do Trabalho, que divulgou os resultados no final da tarde desta quarta-feira (22). O estoque de vagas com carteira avançou 0,12%, para um total de 38,317 milhões – eram 41 milhões em igual mês de 2014.

Mais uma vez, o salário de quem entra é menor do que o de quem sai. E parte dos empregos vem do trabalho intermitente ou parcial, ocupações consideradas precárias criadas pela "reforma" trabalhista.

Os setores de agropecuária e de serviços foram os principais responsáveis pela abertura de empregos com carteira no mês passado, com saldo de 17.455 (1,07%) e 14.548 (0,09%). Na construção civil, foram criadas 10.063 vagas, aumento de 0,49%.

De janeiro a julho, o saldo do Caged chega a 448.263 vagas, crescimento de 1,18%. A maior parte vem dos serviços: 298.457 (1,78%). Em 12 meses, esse setor responde pela quase totalidade dos empregos formais. O Caged tem saldo de 286.121 (0,75%) e os serviços, de 248.481 (1,48%). Depois vem o comércio, com 55.660 (0,63%).

Em julho, o salário médio de admissão foi de R\$ 1.536,12, segundo o Caged. Já o ganho médio dos demitidos era de R\$ 1.692,42. Diferença de -9,2%.

Apenas o trabalho intermitente, com menor grau de proteção e ganho, respondeu por 3.399 vagas. E o trabalho parcial, por 813.

Fonte: Rede Brasil Atual

Pesquisa revela que trabalho informal cresceu 7,7% em um ano no Rio

O trabalho informal cresceu 7,7% no segundo trimestre deste ano, comparativamente ao segundo trimestre do ano passado, no Rio de Janeiro. A informação consta de levantamento divulgada nesta quarta-feira (22) pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio (Fecomércio RJ), baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE.

Segundo a Fecomércio, o levantamento, ao apontar crescimento da informalidade no segundo trimestre deste ano no estado do Rio de Janeiro, revela que o número de empregados do setor privado sem carteira assinada saltou de 7,9% para 8,2% em relação ao trimestre anterior, um crescimento de 0,3 ponto percentual.

O aumento da informalidade pode ser medido a partir dos indicadores relativos à queda no número de trabalhadores com carteira assinada, que passou de 39,5% nos primeiros três meses deste ano, para 38,4% no segundo trimestre – uma queda de 1,1 ponto percentual.

Na comparação anual, a perda foi ainda maior: de 41,1% no ano passado para 38,4% neste ano, queda de 2,7 ponto percentual. “É o menor índice de emprego formal desde 2014”, assegura a Fecomércio.

Segundo a entidade, os índices de informalidade no estado do Rio de Janeiro cresceram mais que os relativos à informalidade nos outros estados da federação.

Fonte: Agência Brasil

PDT cria Comitê Sindical Nacional para apoiar Ciro

A coordenação da campanha Ciro Presidente - PDT - quer o candidato mais próximo do sindicalismo e das categorias profissionais. Passo nesse rumo foi dado em Brasília, nesta quarta (22), com a criação do Comitê Sindical Nacional do PDT, integrado por dirigentes de diversos setores e diferentes entidades de classe.

Uma das decisões é produzir materiais específicos aos trabalhadores, com reivindicações baseadas no documento do Movimento Sindical pedetista intitulado "O trabalho no centro do projeto nacional" e também na Agenda Prioritária da Classe trabalhadora, das Centrais.

Reforma Trabalhista - O candidato à Presidência pelo PDT, Ciro Gomes, contradisse a candidata a vice, Kátia Abreu, e afirmou que ambos são contrários à reforma trabalhista. "O que ela quis dizer é que vamos revogá-la (a reforma)", afirmou em Guarulhos com candidatos a deputado do PDT e com o postulante ao governo paulista do partido, Marcelo Cândido. "Isso (de ser favorável à reforma trabalhista) foram vocês (jornalistas) que disseram."

Em evento na segunda-feira, 20, na capital paulista, Kátia Abreu disse que era um "mito" que Ciro seja contrário à reforma trabalhista. "Ninguém vai fazer uma revolução sobre isso. A gente não vai retroagir na questão do imposto sindical, por exemplo. Mas retroagir em normas que foram aprovadas para o bem, absolutamente", afirmou, após participar de evento da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes).

"Como ela pode ser favorável se votou contra?", questionou Ciro.

Fonte: Agência Sindica/Estadao



STJ autoriza mais 25% a aposentados que precisam de auxílio permanente

O STJ decidiu nesta quarta-feira (22) que todos os aposentados que necessitam de auxílio permanente têm direito a acréscimo de 25% no benefício mensal pago pela Previdência Social. A decisão foi tomada por 5 votos a 4 pela Primeira Seção da Corte, mas ainda cabe recurso.

Antes da decisão do colegiado, o acréscimo era garantido somente para aposentados por invalidez que precisavam pagar um cuidador, por exemplo, conforme está previsto na Lei de Benefícios Previdenciários, norma que especifica os benefícios aos quais os segurados têm direito.

Conforme o entendimento, o adicional será pago mesmo nos casos em que o aposentado recebe o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), definido em R\$ 5.645,80 para 2018.

A decisão da Primeira Seção deve servir de base para outros processos que estão em tramitação na Justiça federal em todo o país.

Fonte: Agência Brasil



Cerca de 200 funcionários são demitidos após empresa fechar unidade de Pouso Alegre (MG)

Cerca de 200 funcionários da empresa Locomotiva foram demitidos após a empresa decidir fechar a unidade de Pouso Alegre (MG). A medida foi anunciada porque, segundo a firma, a fábrica da cidade estava dando prejuízo.

Os funcionários foram comunicados da demissão em uma assembleia. Muitos reclamam que os salários ainda estão atrasados.

A empresa fabrica laminados, filmes de PVC e lonas para caminhões. A empresa está instalada na cidade há 19 anos. Agora parte da produção será remanejada para a unidade de Caçapava, no interior de São Paulo. Apenas o setor administrativo ainda está funcionando em Pouso Alegre.

Um representante da locomotiva disse, na reunião, que as dívidas trabalhistas dos quase 200 funcionários serão pagas.

“A empresa entrou com processo de recuperação judicial. Nós estamos com plano de recuperação estruturado, muito bem feito, só que com a greve dos caminhoneiros, a gente acabou tendo alguns problemas de abastecimento, de faturamento. Não conseguimos faturar aquilo que estava planejado e, diante de tudo isso, a gente resolveu encerrar a unidade de Pouso Alegre. Não é decretar uma falência. A gente vai honrar todos os nossos pagamentos, vamos honrar todos os direitos que nossos funcionários têm”, afirmou o gerente de administração e recursos humanos Jean Carlos Teixeira.

Fonte: G1

Proposta retira cobrança de ISS das atividades de costura e acabamento de tecido

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar 432/17, do deputado Jorginho Mello (PR-SC), que deixa de tributar as atividades de costura e acabamento de tecido com o Imposto sobre Serviços (ISS).

A tributação está prevista na Lei do ISS (Lei Complementar 116/03), que a proposta quer alterar.

Segundo Mello, a ideia é manter a ideia original do texto de 2003, e não a redação dada pela Lei Complementar 157/16. Na opinião do deputado, a alteração prejudicou a indústria têxtil brasileira.

Mello ressalta que os estados já cobram o ICMS sempre que a atividade produzir bens que serão utilizados em posterior comercialização e industrialização. Assim, haveria no caso bitributação pelo mesmo fato gerador.

“Não podemos deixar milhares de empregadores e empregados sob a tutela da dúvida. Precisamos alterar novamente a lei para trazer a tranquilidade novamente aos cidadãos brasileiros”, diz Mello.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS